

Higienismo e municipalismo no Porto (1900-1926)

(Hygienism and Municipalism in Oporto (1900-1926))

Luís Alberto MARQUES ALVES

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória*

Francisco Diogo MOTA SOARES PEREIRA

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Bolseiro do Projeto INOVAR*

RESUMO: O presente artigo procura sintetizar um conjunto de ideias que têm sido desenvolvidas por diversos autores, em torno do surgimento da higiene escolar e das políticas educativo-sanitárias em Portugal. Tomando o período da 1ª República como referência, este artigo procura esclarecer a realidade que potenciou o nascimento do movimento higienista, bem como a sua apropriação por parte do discurso republicano. Pretende-se ainda perceber qual o papel assumido pelo poder municipal no contexto de partilha de responsabilidades no campo educativo, tomando como exemplo a ação da Câmara Municipal do Porto no período compreendido entre 1910 e 1926.

PALAVRAS-CHAVE: higienismo; educação; Educação Integral; República; Porto.

ABSTRACT: The aim of this article is to summarise ideas from different authors regarding the emergence of school hygiene education and educational and health reforms in Portugal in the early twentieth century. The study focuses on the period of the First Portuguese Republic in order to examine the circumstances that gave rise to the social hygiene movement and its appropriation by republican discourse in Portugal. The article also looks at the role played by city authorities as part of the division of responsibilities in relation to education, taking as a case study the activities of the City Council of Oporto during the period 1910-1926.

KEYWORDS: Social hygiene movement; education; holistic education; republic; Oporto.

Introdução

Educar uma sociedade é fazê-la progredir, tomá-la um conjunto harmónico e conjugado das forças individuais [...]. E só se pode progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a ação contínua, incessante e persistente da educação, atinja o ser humano sob o triplice aspeto: físico, intelectual e moral.¹

¹ Filipe Rocha, *Fins e Objetivos do Sistema Escolar Português. 1ª Período de 1820 a 1926*. (Aveiro, Paisagem Editora, 1984), 269.

A ação globalizadora e globalizante da educação, profundamente defendida pelo regime republicano, representa um momento de rutura relativamente ao modelo educativo defendido pelo regime monárquico. A educação vai constituir um dos mais importantes pilares da 1ª República, assim como vai ser um dos setores de particular enfoque do espírito reformista. Se por um lado era imperativo alfabetizar a população portuguesa, por outro era também necessário repensar a educação, à luz dos ideais da Escola Nova, movimento pedagógico coevo da primeira experiência republicana em Portugal. É neste sentido que se toma consciência da necessidade de formar o cidadão na sua plenitude, alimentando o espírito, mas também cultivando o cuidado com o corpo. Segundo Basílio Martins, “Portugal, imbuído de um novo espírito reformista e alicerçado por uma nova filosofia pedagógica [...] vai abrir um novo quadro no contexto educativo, no sentido de formatar um “homem novo.”²

Esta nova filosofia pedagógica que assume o aluno como centro de todo o processo educativo, vai procurar chamar a atenção para a necessidade de se fomentar, para além da formação cultural, a educação física, bem como o desenvolvimento artístico.³ No entanto, a preocupação com a formação integral do indivíduo e o destaque que é dado à saúde física dos jovens, tem as suas origens em preocupações higienistas que remontam ao final do século XIX e que viriam a ser desenvolvidas durante o período republicano.

Interessa, portanto, perceber quais os fatores que contribuíram para o surgimento de um verdadeiro discurso higienista em Portugal no final da centúria de oitocentos e no início do século XX. Se, por um lado, o contexto internacional é marcado por inúmeras descobertas científicas, dinamizadas pelo contributo de Pasteur, decisivo para a tomada de consciência da importância da saúde coletiva, por outro, a situação deplorável em que viviam as populações das cidades portuguesas vai ser o motivo central para a adoção de novas políticas sanitárias, visando a melhoria da qualidade de vida.

O discurso higienista em finais de oitocentos

Há aqui os vícios da má educação e da ignorância; há as mais revoltantes práticas de trato de crianças numa trucidação perene, há as habitações lóbregas e insalubérrimas onde se amesendra mais dum terço da população; há o desbaste das moléstias infecciosas pela licença do contágio; há enfim uma rede de incapacíssimos esgotos, rastilhando o solo e a água de imundície.⁴

Ricardo Jorge, nome maior da defesa da saúde pública em Portugal, traz até nós a descrição daquela que seria a cidade do Porto em finais do século XIX. Uma cidade insalubre, onde abundam áreas residenciais sem o mínimo de condições, onde a rede de saneamento é obsoleta, constituindo, por isso mesmo, um centro de contágio por excelência. Ainda que nos pareça um cenário típico de uma cidade do século XIX dedicada essencialmente à indústria e aos serviços (o que não se aplica concretamente a este centro urbano

² Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 13.

³ *Ibidem*.

⁴ Jorge Alves, Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal. Um “Apostolado Sanitário”. (Porto, CITCEM, 2008), 89.

face à marginalidade de importância do setor secundário), o autor deste retrato coloca a tônica na má educação e na falta de conhecimento de que sofria a população portuguesa.

O desconhecimento aliado às condições precárias em que viviam a maior parte das famílias portuguesas, contribuiu para que Portugal apresentasse altos índices de mortalidade, tornando os centros urbanos em autênticas “cidades cemiteriais”. Nesse sentido, o Porto exemplifica de forma perfeita esta realidade, uma vez que, entre as grandes cidades da Europa de finais do século XIX, é a que tem a mais elevada taxa de mortalidade (32,9%), seguida de Marselha (30,3%) e Berlim (26,4%).⁵

Os altos níveis de mortalidade estiveram na base da tomada de consciência da necessidade de adotar medidas sanitárias, no sentido de diminuir este flagelo. Ricardo Jorge, no seu relatório *Saneamento do Porto*, apresentado em 1888 à Comissão Municipal de Saneamento, destaca a insalubridade deste centro urbano. Para além do discurso aceso, marcado por duras críticas perante o desmazelo a que a higiene havia sido deixada, vai mais longe e “da mesma maneira que [fez] a pintura impressiva das imundícies do Porto, na intenção de demonstrar a nossa insalubridade, era lógico dar uma indicação quantitativa, embora incompleta [...]” (ver Quadro 1).⁶

Quadro 1. Movimento da População na Cidade do Porto (1887-1897)⁷

Anos	Habitantes	Nascimentos	Óbitos	Mortalidade por 1:000
1877	105.678	3.758	3.142	29.7
1878	108.481	4.028	2.639	24.3
1879	109.647	4.040	3.889	35.4
1880	106.420	4.140	3.021	28.3
1881	111.716	4.451	4.511	40.6
1882	103.901	4.316	3.681	35.4
1883	115.641	4.603	4.248	36.7
1884	119.144	4.769	3.678	30.8
1885	119.556	4.713	4.400	36.8
1886	122.235	4.769	4.442	36.3
1887	125.700	4.860	3.810	30.3

⁵ Ricardo Jorge, *Saneamento do Porto* (Porto, 1888), 104.

⁶ *Ibidem*, 102 e 103.

⁷ *Ibidem*, 103

Através destes dados conseguimos dar conta do aumento da população a residir na cidade do Porto, fruto do processo de abandono das áreas rurais, incentivado pelo investimento na atividade industrial e nos serviços. Este aumento da população urbana, aliado ao desmazelo sanitário, traduz-se num aumento da mortalidade, que atinge o seu nível mais elevado em 1891, morrendo cerca de 40,6 pessoas em cada 1000, durante este ano. Perante estes dados, Ricardo Jorge conclui que “estes algarismos são verdadeiramente incomportáveis; a tal excesso de mortalidade chegam só as cidades muito insalubres, as mais desleixadas na limpeza sanitária”.

Ainda antes do surgimento de uma verdadeira “higiene educativa”, que se viria a desenvolver durante o período da 1ª República, a salubridade dos centros urbanos vai ser discutida, uma vez que as grandes cidades constituíam um autêntico “formigueiro humano [onde] germina em si próprio o veneno da sua destruição”, como entendia Ricardo Jorge. Este médico e professor, vai ser pioneiro na defesa do higienismo e na luta pela partilha de responsabilidades sanitárias com o governo municipal. De entre todas as obras desenvolvidas no sentido de esclarecer a população sobre esta questão, funcionando como uma verdadeira “ação pedagógica junto da classe dirigente e de um público mais instruído”, destaca-se um ciclo de quatro conferências destinadas a discutir algumas das temáticas mais fraturantes: “Higiene em Portugal”; “A evolução das sepulturas”; Inumação e cemitérios” e “Cremação”. Convém referir que este conjunto de conferências e congressos pedagógicos surgem no contexto do envolvimento do movimento higienista na questão polémica da instalação de cemitérios na cidade do Porto, onde se procurou demonstrar que estes (não) comprometiam a saúde pública. Este ciclo de encontros viria a ser posteriormente compilado num livro que procurava desenvolver a questão da “Higiene social aplicada à Nação portuguesa”, enfatizando a necessidade da intervenção do Estado na defesa do sanitarismo em Portugal, por forma a contrariar os elevados índices de mortalidade.

Jorge Alves, em trabalho dedicado a “Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal”, afirma que este higienista portuense se afirmou como protagonista e

Cabouqueiro do higienismo em Portugal, teorizador e executor de uma política de saúde pública através de intervenções ousadas em que o discurso se orienta para o enfrentamento do poder, num jogo de saberes entre diferentes gerações e poderes. A afirmação de Ricardo Jorge a favor de um novo “poder-saber” médico, através do ensino, de conferências, de publicações e de legislação, é uma evidência da forte necessidade de discurso (que só teve anterior paralelo no estrangeirado Ribeiro Sanches) e de uma ação central de gabinete e de organização burocrática que levaria mesmo Ricardo Jorge a abandonar a clínica para se dedicar por inteiro ao domínio da higiene articulada com a saúde pública.

Ainda na segunda metade do século XIX vão surgir outros contributos no sentido de uma progressiva “modernização dos dispositivos reguladores no campo da saúde pública, tendo em conta as necessidades nacionais e uma aproximação aos padrões dominantes a nível internacional”.



Figura 1. Ricardo Jorge, retrato a óleo por Veloso Salgado. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Foto João Paulo Sottomayor. (in ALVES, Jorge. Signo de Hipocrates, 2003).



Figura 2. Caricatura de Ricardo Jorge (Inocência VI da Higiene), da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro. (in A Parodia, N.º 6, 21 Fev. 1900).

José Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1827-1897), contemporâneo de Ricardo Jorge, no seu projeto do Código Sanitário Português vai ser um exemplo claro desta vontade de progressão no que à política sanitária diz respeito. Este médico e professor portuense vai-se destacar na luta pela obtenção de mais e melhores cuidados com a saúde, que entendia como “elemento indispensável à prosperidade de um país”, sem a qual “não há trabalho produtivo de riqueza pública. Promovê-la e aperfeiçoá-la é obrigação do indivíduo e da nação; e por isso requer-se que todos sejam solidários neste empenho, porque depende e assenta nisso a maior duração da vida.”

Entre os 22 capítulos que constituem o *Plano do Código Sanitário Português (1886)* de Gouveia Osório, destacam-se os que se dirigem à infância e à adolescência, dada a elevada taxa de mortalidade infantil que se fazia sentir em Portugal. No que à primeira infância diz respeito, o autor desta proposta vai destacar o cuidado que deve ser prestado na construção de maternidades, creches, hospícios de crianças desamparadas bem como na importância de um plano de vacinação. O capítulo VI, que se vai dedicar à regulamentação da higiene na idade da adolescência, coloca a tónica na importância assumida pela escola, nomeadamente no que concerne às condições materiais, intelectuais e acompanhamento médico. Também os colégios, casas de educação e correção vão ser alvo de reflexão assim como o trabalho de menores.

O Plano do Código Sanitário Português viria a ser alvo de maior escrutínio por parte de Gouveia Osório, nomeadamente no que diz respeito aos quatro primeiros títulos – Preceitos gerais; Ministério do Reino; Organização Sanitária e Polícia médica. O seu trabalho progressista e pioneiro viria a servir de exemplo, no que ao movimento higienista diz respeito, tendo tido uma grande influência no trabalho desenvolvido por Ricardo Jorge.

O discurso higienista de final de oitocentos foi “espicaçado” pelas visíveis condições insalubres das cidades portuguesas, bem como pela elevada taxa de mortalidade denunciada pelas, ainda que escassas, estatísticas demográficas. Ricardo Jorge vai-se dedicar ao estudo dos Anuários Estatísticos de Portugal por forma a perceber as características da mortandade na cidade do Porto, para o ano de 1885. Acaba por constatar que os níveis de mortalidade são particularmente elevados nas idades mais tenras. Efetivamente, a taxa de mortalidade até aos 5 anos de idade corresponde a mais de metade da mortalidade geral.

de 1000 crianças que nascem no Porto a morte rouba-nos no primeiro ano 236 – cifra agigantada e assustadora. Infelizmente esta infernal hecatombe evidencia-se: a porcaria, a alimentação, o abandono, os prejuízos abatem o organismo da mísera criança, devorada logo pela athrepsia, pelas doenças infecciosas, etc. Pelas ilhas há verdadeiros morticínios de Herodes; os inocentes, rastilhados pelo contágio, cahem a eito.

Perante tal cenário, o higienista reitera a urgência na adoção de “medidas generosas e humanitárias [que] seriam obra redemptora de vidas”. Destaca a importância do papel dos orfanatos e das creches, assim como da criação de leis de proteção aos recém-nascidos e no apoio à construção de habitações para as classes mais pobres, segundo princípios higienistas.

O contributo deste e de outros “nomes grandes” do movimento higienista português viria a surtir efeitos visíveis. Segundo Maria José Santos, em trabalho dedicado ao Asilo de S. João do Porto, no final do século XIX “foi também dada a tônica ao valor da educação e da instrução das crianças e dos jovens, moldadas numa pedagogia científica e em princípios higienistas capazes de providenciar a instrução mais adequada”.

Não seria necessário esperar pelo regime republicano para tomar consciência da necessidade de adoção de novos hábitos no que à higiene social diz respeito. Ainda em plena monarquia se toma consciência da importância de diminuir a distância entre educação e higienismo, nomeadamente no que diz respeito à educação na primeira infância. Exemplo disso é a criação, em 1876, da Sociedade Promotora de Creches, instituição esta que facilitaria a “construção da felicidade universal para a qual seria imprescindível a disponibilização de alimento, abrigo e de educação para as crianças”.

Ainda no âmbito da proteção e apoio à primeira infância, conseguimos perceber que as últimas décadas de oitocentos foram de particular dinamismo. Foram criadas inúmeras creches, algumas com apoio da família real, visando suportar a maternidade, num contexto de reestruturação do núcleo familiar, resultado da inserção da mulher no mercado de trabalho. Essas instituições educativas vão exercer um papel fundamental na tentativa de contrariar os estrondosos níveis de mortalidade nos primeiros anos de vida. Os cuidados com a higiene viriam a constituir questões centrais tanto na constituição destas organizações, como na pedagogia exercida.

Vejamos, por forma a demonstrar a importância atribuída às condições higiénicas, a descrição das instalações de uma instituição de apoio à primeira infância, a Associação de Creches de Santa Marinha, de Vila Nova de Gaia.

[...] Na sala e gabinete que serve de dormitório estão colocados 19 pequenos leitos de ferro, com o cortinado de casa, e colchas de cor, para as criancinhas descansarem depois da refeição. Em outra sala estão colocadas duas banheiras móveis e seis bacias para abluções de rosto e mãos. Nesta mesma sala há uma cama isolada para um caso de doença. No refeitório estão colocadas 20 pequenas cadeiras-mesas de uma fatura simples, mas engenhosa ao mesmo tempo. Quando a criança está sentada figura-se a cadeira com um pequeno encosto, mas quando lhe serve a refeição baixa-se esse encosto que tem uma cavidade ao centro, donde emerge o busto da criança que fica com uma microscópica mesa na sua frente.

Assistimos à refeição da manhã que constou de sopa de massa, carne, arroz doce e vinho, e foi servido a 15 crianças que contam 1 a 6 anos.

A cozinha é espaçosa, adornada de um magnífico fogão onde a cozinheira, com um verdadeiro desvelo, prepara o sadio alimento para a pequenada.

Dirige o estabelecimento a D. Germana Amália de Queirós e Silva, a quem a Direção da creche teceu os mais alevantados e merecidíssimos elogios pela maneira como dirige o estabelecimento, tanto na parte educativa como económica e higiénica.

Tem a casa uma airosa varanda envidraçada, olhando para a ponte D. Luís I, da qual se goza um magnífico panorama. Esta varanda é destinada para recreio das crianças [...]

Esta preocupação com as condições sanitárias das instalações educativas, bem como a necessidade de primar pelo zelo da saúde física vão marcar o discurso político e assumir uma posição de destaque no contexto educativo, em todos os níveis. A 1ª República vai retomar esta questão e definir como prioridade a reflexão sobre o higienismo em contexto educativo, visando a formação harmoniosa e integral de todos os indivíduos.

O discurso higienista na 1ª República – o papel da escola e da educação.

Não se tratava só de conseguir condições de sanidade/saúde básica para as escolas ou a realização de exames médicos aos alunos, mas de intervir sobre todos os elementos nucleares da escolarização: espaços, tempos, materiais, métodos, dieta e claro, conhecimento sobre o aluno; em suma, a higiene afirmava-se como imprescindível para o projeto pedagógico moderno [...].

O projeto pedagógico moderno, defendido pelo movimento da Escola Nova, surge em rutura com a conceção tradicional de Escola. Esta nova filosofia pedagógica procura defender uma formação ampla e integral, o que irá favorecer a inserção do movimento higienista no contexto educativo. Nas palavras de Basílio Martins “poder-se-á falar de uma “cumplicidade” entre a Educação Nova e o movimento higienista, ambos imbuídos de uma nova era em termos de novas metodologias educacionais, na formação do ser e da escola”.

A conceção educativa do período republicano vai beber das perspetivas teóricas educativas desenvolvidas na Europa, uma vez que “coincide com um dos períodos de maior difusão do movimento”. “Daí que a pedagogia republicana, face aos novos ideais da Educação, se tornasse sensível a várias questões educacionais, entre elas a educação integral (...)”.

Os princípios basilares da Escola Nova vão favorecer profundamente o desenvolvimento da higiene escolar em Portugal. Se por um lado esta nova conceção pedagógica incita à aproximação dos espaços escolares às áreas rurais, dada a proximidade com paisagens naturais que constituem o “melhor auxiliar da cultura física e educação moral”, por outro, promove a “cultura do corpo”, através de jogos e desportos. Desta forma, o discurso veiculado pela Educação Nova procura aliar o desenvolvimento intelectual ao cuidado do corpo, promovendo a velha máxima de “mente sã e corpo são”.

Por sua vez o avanço científico, encetado em larga escala por Pasteur, aliado ao estado sanitário a que estavam votadas as cidades portuguesas, traduzia-se numa elevada mortalidade, e tornou urgente repensar o higienismo sob o ponto de vista educativo. Esta conjugação de fatores favoreceu a emergência do higienismo escolar, enquanto matéria de ensino e como requisito arquitetónico.



Figura 3. Exercícios de ginástica sueca na escola. (Ilustração Portuguesa, nº 418, 23 de fevereiro de 1914, p. 247, HML).



Figura 4. Laboratório de Higiene e tecnologia do Instituto Industrial de Lisboa. (Ilustração Portuguesa, nº 820, 5 de novembro de 1921, p. 348. HML).

Segundo Basílio Martins, em inícios do século XX “começavam, assim, a proliferar as políticas educativo-sanitárias no sentido de cuidar não só a higiene do corpo, mas também a higiene da “alma”. Contudo, o mesmo autor refere que “não bastaria o discurso de novas pedagogias e metodologias do ensino, era preciso mais.”⁸ É neste contexto que se dá o aprofundamento do discurso higienista, inicialmente na tentativa da afirmação da higiene dotada de um carácter científico e depois como elemento fundamental em contexto escolar.

Tomou-se consciência da necessidade de clarificar o conceito de higiene, introduzindo o termo no vocabulário da população e sobretudo na sua prática quotidiana. Era necessário vulgarizar este conceito, de tal forma que:

A higiene escolar foi uma temática constante ao longo desta série de congressos, [realizados pela Liga Nacional de Instrução entre 1908 e 1914] (...). A higiene surgia como dispositivo central da

⁸ Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 18.

profilaxia social na e pela escola, mas também da estandardização das condições e das práticas escolares [...].⁹

A difusão do discurso higienista, no seu período inicial, segundo o autor anteriormente citado, foi caracterizada por uma certa resistência. Esta inércia demonstrou-se nos vários níveis de ensino, desde o superior, à instrução secundária, passando pelo ensino industrial. Os conteúdos sobre higiene ministrados ou eram escassos e básicos, ou inexistentes. Sobre esta questão, Dória Nazareth apresenta duras críticas:

[...] por quanto respeita á hygiene, a manifestar-se na reforma do Curso Superior de Letras, feita em 1901 [...], não se vê incluída no número das novas cadeiras criadas, uma de hygiene escolar [...].

A mesma orientação, ou melhor a mesma desorientação, vigorou na reforma da instrução secundária de 1905 [...].

[...] No ensino industrial, que pode emparelhar-se, de certo modo, pela qualidade dos indivíduos que o procuram, com o primário, também a ministration de conhecimentos de hygiene não vai muito além do geral [...].

Nos Institutos Industriaes e Comerciaes, onde se preparam engenheiros industriaes, os discípulos aprendem apenas, segundo os programas respectivos, breves rudimentos de hygiene, que são ensinados, conjuntamente com a zoologia e a botânica numa única cadeira [...].¹⁰

Efetivamente, segundo a autora, não era dada a importância necessária à higiene enquanto matéria de estudo, falha essa que se traduzia na forma de viver da população portuguesa. Para que essa “miséria”, nas suas palavras, tivesse resolução, seria necessário que os docentes adotassem uma nova postura, assente numa correta formação científica.

Na análise que faz sobre os contributos para a difusão do higienismo, Basílio Martins coloca a tónica na importância do papel exercido por outros meios de divulgação, entre eles o Teatro, imprensa e ligas e sociedades para a defesa da saúde pública. Ainda assim, reconhece o poder limitado destes contributos, atribuindo ao Estado e sobretudo à Escola o papel central na disseminação de práticas de higiene.

Em Portugal, as práticas de vigilância médica sobre o espaço escolar vinham-se já a estabelecer, à semelhança do ocorrido na transição do século XIX para o século XX, em vários países europeus e nos Estados Unidos. A constante presença da higiene escolar nas temáticas dos congressos parece ser um sinal evidente da afirmação de um discurso “médico-psico-pedagógico”¹¹

O sucesso do higienismo educativo passava, em larga medida, pela criação de equipas interdisciplinares no meio escolar. O médico deveria desempenhar um papel de alto-relevância no ensino de corretas práticas de higiene, favorecendo, desta forma, a formação integral defendida pelo regime republicano. A inserção destes profissionais de saúde no contexto educativo não se demonstrou fácil num período inicial, provocado, em larga medi-

⁹ *Ibidem*, 20.

¹⁰ *Ibidem*, 21.

¹¹ *Ibidem*, 24.

da, pela inexistência de disposições legais para a sua ação. Tal facto só seria alterado pelo projeto de Reforma dos Serviços de Sanidade Escolar, de Costa Sacadura, onde, entre outras questões é analisado o papel dos médicos nas escolas:

Dos Médicos Escolares – Art. 6º - Em todos os estabelecimentos de ensino do país, há serviço sanitário exercido por médicos escolares (...); Art. 7º - O médico escolar (...) § único – é-lhe sempre permitido assistir aos trabalhos escolares, visitar todas as dependências do edifício, especialmente as que são afetas ao ensino e tomar parte em todos os conselhos e reuniões dos professores ou alunos, para se inteirar da vida escolar e poder emitir opinião sobre todos os assuntos que se prendam com a saúde física ou mental dos alunos e do pessoal docente ou não docente (...); Art.º11 – Compete mais ao médico escolar: a) dar parecer sobre os horários do respetivo estabelecimento de ensino (...); b) Proceder ao exame médico-pedagógico e dirigir o exame antropométrico dos alunos (...); c) Fiscalizar o ensino da Educação Física (...); d) Organizar o cadastro sanitário dos edifícios escolares e dos funcionários docente e não docentes.¹²

A ação docente era entendida como fundamental para a difusão do higienismo junto dos jovens. A preparação do professor era essencial para a correta aprendizagem dos alunos. Segundo Basílio Martins, “a ação do professor não ficava somente pelos conhecimentos preventivos de higiene do corpo, passava também, por exemplo, pela organização do horário escolar”¹³ A ação docente neste domínio, não se poderia circunscrever à realidade escolar:

Todo o professor tem obrigação de se achar sempre bem informado acerca do estado sanitário das diferentes povoações servidas pela sua escola.

Logo que em qualquer delas se manifeste doença suspeita (...), deve exigir o mais rigoroso asseio e a mais cuidadosa limpeza aos alunos dessa localidade.¹⁴

A ação conjunta dos docentes e médicos, assim como a defesa de uma pedagogia moderna que privilegiava a educação integral, possibilitaram a difusão do discurso higienista, profundamente veiculado pelo regime republicano. A par disto, a proliferação de congressos científicos e pedagógicos em torno desta temática tornaram evidente a necessidade de discutir as políticas sanitárias numa outra instância. Nesse sentido, vejamos o impacto que a Higiene educativa teve no contexto parlamentar.

O discurso parlamentar sobre higiene escolar

Em obra dedicada ao estudo das “Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal”, no período da 1ª República, Basílio Martins (2007) dá um forte contributo para traçar um retrato do quadro legislativo e do discurso parlamentar, no que à higiene escolar diz

¹² Costa Sacadura, *Esboço de Reforma dos Serviços de Sanidade Escolar* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917) citado em: Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 30.

¹³ Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 33.

¹⁴ *Ibidem*, 34

respeito. Este autor, através da análise dos debates parlamentares, conclui que “Independentemente das mudanças políticas registadas em Portugal na passagem da Monarquia para a República e da instabilidade governativa e partidária que se gerou após a instauração do novo regime, o trabalho legislativo higiénico-sanitário escolar não deu mostras de afrouxamento”.¹⁵

Este autor começa por chamar a atenção para o período inicial da 1ª República, citando Costa Sacadura, que entende que entre a

[...] vasta legislação do Governo Provisório da República brilha o decreto de 26 de maio de 1911 e o seu regulamento de 2 de agosto do mesmo ano que organizaram os serviços de sanidade escolar no ensino secundário [...]. Por estes diplomas foi criado o livrete sanitário, estabeleceram-se as medições antropométricas, organizaram-se as conferencias de higiene, avançando-se desta forma enormemente na fiscalização sanitária deste ramo de ensino, até então abandonado sob este aspecto [...]”¹⁶

Outros são os autores que não atribuem aos primeiros anos do regime republicano a mesma produtividade legislativa no que concerne à saúde em contexto escolar. Exemplo disso é Pacheco Miranda, que se refere ao período que vai de 1910 a 1915 como não merecedor de “título de glória”, dada a acanhada criação legislativa sobre esta questão.

Desde a extinção da Inspeção de Sanidade Escolar, com o decreto de 17 de outubro de 1910, até ao surgimento e consolidação do papel do médico em contexto escolar, com o decreto de 29 de maio de 1911, passando pelo acréscimo da importância da disciplina de Educação Física, com o decreto de 23 de agosto do mesmo ano, o labor legislativo foi intenso, comprovando que a educação se afirmou como uma das preocupações centrais da ação reformadora do regime republicano.

Por sua vez, no que que concerne aos debates parlamentares, não se notou a mesma atividade. Como podemos ver na obra anteriormente citada, seria necessário esperar por 27 de dezembro de 1911 para que a higiene escolar fosse discutida em parlamento, através da intervenção de Ângelo Vaz. Este deputado chama a atenção para a necessidade de construção de um edifício para um liceu na cidade do Porto (refere-se às futuras instalações do Liceu Alexandre Herculano, na Avenida Camilo, no Porto). Entende a sua proposta como prioritária, visto o estado calamitoso em que se encontravam os liceus da cidade, constituindo

[...] uma vergonha e um crime, pois são tudo quanto há mais de contrário aos preceitos pedagógicos, higiénicos e morais. Os liceus Rodrigues de Freitas e Alexandre Herculano estão pessimamente instalados. Não tem recreios [...], nem ginásios onde [os alunos] possam, com vantagem e sem risco, receber a necessária educação física (...). Todas estas instalações são tudo o que há de mais contrário ao que exige uma sã pedagogia e ao que que indicam os preceitos de higiene.¹⁷

¹⁵ *Ibidem*, 50.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, 59.

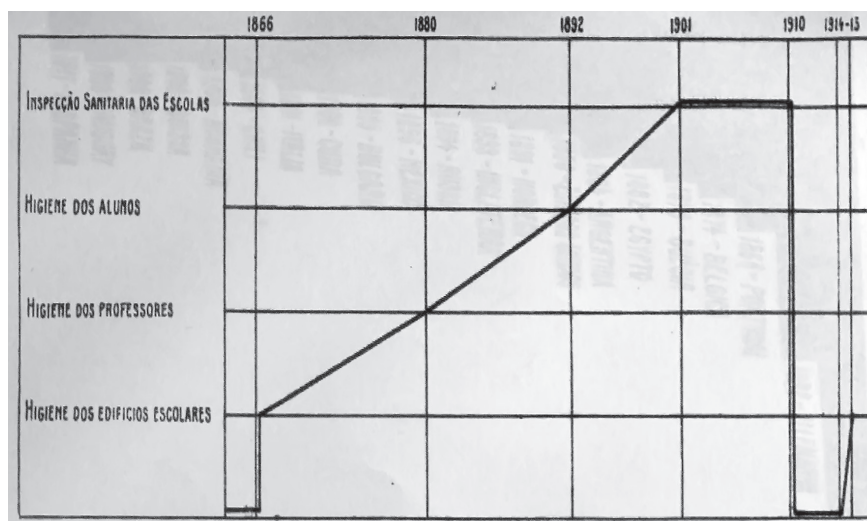


Figura 5. Evolução da legislação sobre higiene escolar aplicada à Escola primária em Portugal.¹⁸

Segundo Basílio Martins, os primeiros anos do regime republicano foram marcados por “um trabalho mais regular não só em propostas de lei, mas também em termos de chamadas de atenção para as condições em que se encontravam as escolas do país”¹⁹. Estas preocupações vão-se arrastar à dimensão dos programas curriculares, que se entendem muito extensos, sobrecarregando os alunos de forma inapropriada. Sobre esta questão, Lopes Martins, então Ministro da Instrução Pública, refere que “realmente, esses programas e ensino secundário estão muito sobrecarregados [...] com matérias inúteis que só servem para fatigar o cérebro dos alunos (...). Protestar contra esses programas representa, sem dúvida alguma, um acto que a higiene mental indica”.²⁰

As preocupações levadas a debate parlamentar, na Câmara dos Deputados e no Senado, vão estender-se, como já referimos, às condições dos edifícios escolares, que deveriam constituir um modelo sob o ponto de vista dos princípios higienistas, segundo António Nóvoa. Sobre esta questão, Estêvão Vasconcelos, Ministro de Fomento, na sessão da Câmara dos Deputados de 27 de maio de 1912, vai referir que “[...] há realmente nesse país, e eu tenho números para o certificar, um grande número de escolas primárias que funcionam em casas alugadas, em péssimas condições de higiene e que pedagogicamente chegam a constituir um verdadeiro crime para as crianças que tem de ali estar [...]”²¹

¹⁸ Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 176.

¹⁹ *Ibidem*, 60.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*, 61.

Sobre esta questão, Ramos da Costa, refletindo sobre a importância da construção de edifícios que respeitem os requisitos básicos no que à salubridade diz respeito, afirma que:

Sem escolas o país não pode viver, e o que causa a desmoralização dos nossos trabalhadores é a falta de instrução e de educação.

A falta de instrução e educação da nossa sociedade é a causa primária de todas as nossas desgraças e fatalidades e, por isso, eu lamento que o Senado tenha cortado a verba de 200 contos de reis para a construção de edifícios escolares, e protesto contra essa resolução.²²

Multiplicaram-se as críticas apresentadas por vários deputados nos debates parlamentares no que respeita às instalações escolares. Pode-se mesmo falar de uma verdadeira “catadupa de insatisfações face às estruturas escolares”²³, insatisfações essas que não se ficam pelas instalações, mas vão ao pormenor dos materiais didáticos.

Se por um lado se discute a necessidade de instalações com infraestruturas que respondam a todas os requisitos sanitários, por outro, o local onde devem ser instalados os edifícios também será alvo de escrutínio parlamentar. Sobre esta questão e em sintonia com os preceitos da Escola Nova que defendem a aproximação da escola à paisagem rural, Faria de Vasconcelos vai afirmar o seguinte:

Construa-se, alugue-se, ou compre-se para a escola num sítio arejado, num lugar elevado [...] dos terrenos sumidos, dos sorvedoiros profundos.

Afaste-se a escola, longe, o mais longe possível de todos os lugares e estabelecimentos perigosos e insalubres, de todas as aglomerações onde se podem desenvolver epidemias [...] ²⁴

O “ideal de formação integral” vai também merecer espaço de discussão em sede parlamentar. Imbuídos dos princípios inerentes à filosofia pedagógica da Escola Nova, muitos são os deputados que vão defender a necessidade de se cultivar uma educação cujo objetivo final não se esgote na formação intelectual do indivíduo, mas antes num esforço conjunto pelo exercício do corpo e da mente. É nesse contexto que a Educação Física vai ganhar espaço e importância na discussão política e por conseguinte no currículo pedagógico. Exemplificando esta preocupação surge a intervenção do deputado Júlio Gonçalves:

Eu sou um carola por questões de educação física, e cada vez mais estou convencido de que esta minha velha idea há-de morrer comigo, [...] a nação portuguesa precisa indispensavelmente, para se regenerar, do desenvolvimento da instrução popular. (sessão nº 55, de 26 de maio de 1922). ²⁵

Também no contexto da formação integral alguns deputados vão-se referir á necessidade do trabalho artístico, nomeadamente aquele desenvolvido nas aulas de canto. A este respeito, na sessão de 16 de maio de 1912 da Câmara dos Deputados, o deputado Jacinto Nunes refere o seguinte: [...] quero referir-me à obrigatoriedade, por exemplo, do desenho

²² *Ibidem*, 62.

²³ *Ibidem*, 63.

²⁴ *Ibidem*, 80.

²⁵ *Ibidem*, 84.

e do canto, que em muitas escolas da Suíça, da Bélgica, da França e da Alemanha está dando magníficos resultados, não só do ponto de vista de próprio desenvolvimento intelectual do aluno, mas do seu desenvolvimento estético; tudo o quanto se refere à arte, em Portugal, tem estado até hoje completamente desprezado.²⁶

Outro dos assuntos que foi levado a discussão parlamentar prende-se com a necessária reestruturação do calendário letivo, para a qual o deputado Lopes Cardoso vai apresentar um projeto de lei que viria a ser alvo de aprovação. Sobre o horário escolar, este deputado vai referir o seguinte:

Os prazos destas férias estão fixados por um uso quase secular, mas a tendência que os tratadistas da higiene apontam é a do seu contínuo aumento. [...] Bom trabalho sem bom descanso, não pode haver. Pelo esquecimento deste preceito, tem aumentado assombrosamente os casos de fadiga e de surmenage, que são multidão nas nossas escolas.²⁷

Tal como tivemos oportunidade de referir anteriormente, com a difusão do discurso higienista em contexto escolar, o papel do médico escolar vai ganhar cada vez mais importância, assumindo-se como uma figura de largo destaque no panorama educativo. Para além de constituir uma referência, para alunos e docentes, no que à saúde diz respeito, vai funcionar como um elo facilitador da comunicação entre a instituição escolar e a família dos alunos. O papel do médico será alvo de várias regulamentações, assim como as suas competências vão estar sujeitas a legislação específica. Contudo, como nos indica Basílio Martins, no que diz respeito aos debates parlamentares a discussão em torno deste novo agente educativo não se vai demonstrar muito produtiva.

Em suma, a análise dos discursos parlamentares mostra-nos claramente que a discussão em torno das questões sanitárias, nomeadamente no que diz respeito à higiene escolar, foi fortemente influenciada pela instabilidade política da 1ª República. A instabilidade governamental fez-se sentir no processo de implementação e consolidação do movimento higienista nas escolas, que não foi, como se esperava, ininterrupto.

Ainda que marcado por avanços e recuos, o percurso de afirmação do discurso e das práticas higienistas no contexto escolar, segundo Basílio Martins, “pelos vários discursos de natureza científica ou política” vai ser norteados por “uma forte vontade de modificar o estado das escolas herdadas do regime monárquico”.²⁸ (2007, p. 86)

Segundo este mesmo autor, as preocupações com a sanidade escolar não se fecharam em torno dos congressos pedagógicos dedicados à questão. O eco que o movimento higienista vai produzir faz com que a saúde pública seja levada a cenário parlamentar, onde vão ser abordadas “a maior parte das matérias envolventes à política e saúde escolares, desde os cuidados do corpo, à ação dos médicos escolares, ao estado dos edifícios escolares e

²⁶ *Ibidem*, 68.

²⁷ *Ibidem*, 73.

²⁸ Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 87.

às áreas curriculares, nomeadamente a educação física, os trabalhos manuais e o canto, importantes para o equilíbrio do corpo e da mente”. Em jeito de remate, Basílio Martins refere ainda que em uníssono com a discussão política, vai ser produzido um corpo legislativo que “consolida e concretiza em boa parte todo o ideário sobre os preceitos higiénicos que se foram idealizando e debatendo ao longo das várias legislaturas do regime republicano”.²⁹

A partilha de responsabilidades com as câmaras municipais: o exemplo do Porto

Os municípios foram instituintes no sistema educativo e na oferta cultural. Tomaram iniciativas e agiram com soberania. O Estado Liberal, como posteriormente o Estado Republicano incluíram os municípios na orgânica, na composição e na evolução do sistema educativo. No mesmo sentido, os municípios tomaram a educação e muito particularmente a escola como matéria municipalista. A escolarização e a cultura eram instâncias de integração e meio de identidade e mobilização.³⁰

As caraterísticas intrínsecas ao pensamento político republicano, pela sua conceção democrática e laica do poder, faziam prever uma afirmação dos municípios como entidades dotadas de autonomia administrativa, contrariando a centralização caraterística do regime monárquico. Sobre esta questão, nomeadamente no que concerne à inclusão municipal na orgânica do sistema educativo, Justino Magalhães, no seu *Atlas-Repertório dos Municípios na Educação*, coloca as seguintes questões: “Em que medida o sistema educativo constitui uma entidade própria a que os municípios acedem, ou em que medida é produto da comparticipação entre poder central e o poder local?” e “Quem está obrigado a participar da educação?”³¹. Respondendo a estas questões, o mesmo autor diz-nos que:

o município republicano criou e ajustou a oferta educativa aos interesses locais. O município corporativo participou da segmentação e da tecnologia do estado corporativo, comparticipando na expansão e na adequação da rede escolar. O município democrático, com sentido autónomo e de soberania, assumiu funções de subsidiariedade escolar e cultural, estatais, como universalização escolar.³²

Basílio Martins, na obra anteriormente citada, que se assumiu como referência para a elaboração do trabalho que apresentamos, vai retomar esta questão, utilizando o exemplo concreto da cidade do Porto, por forma a perceber os contributos da Câmara Municipal para o desenvolvimento da política educativo-sanitária, no período compreendido entre 1910 e 1926. Visando perceber o processo pelo qual se deu a autonomização administrativa deste município no que se refere à educação, com particular enfoque no contributo dado para o desenvolvimento da higiene educativa, este autor vai valorizar sobretudo, os incentivos da autarquia no que respeita a cinco domínios, sendo eles: a higiene e saúde escolar, os edifícios escolares, o mobiliário, a educação integral e ainda os horários letivos.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Justino Magalhães, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação* (Lisboa, Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, 2015), 191.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*, 191.

O ponto de partida para o processo de descentralização surge, segundo o autor referido, no episódio anteriormente citado sobre a necessidade de construção de um edifício para um liceu nesta cidade, proposta essa feita pelo deputado Ângelo Vaz, em 1911. As intervenções dos deputados faziam prever o desejo de mudança e de crescente autonomia relativamente ao poder central, senão veja-se o discurso do deputado Baltasar Teixeira:

Precisamos primeiramente, regularizar os serviços das câmaras municipais; precisamos votar o Código Administrativo, e depois desse Código em execução e dos trabalhos regulados, é que devemos fazer a descentralização que desejo muitíssimo, porque sou o primeiro a concordar em que a centralização tem sido um mal para o nosso país (Aprovado).³³

A constante discussão sobre esta questão, em ambiente municipal e parlamentar, viria a resultar no surgimento da Lei nº88, de 7 de agosto de 1913, que pretendia regulamentar a organização, funcionamento, atribuições e competências dos corpos administrativos. Ainda que com isto se pretendesse alimentar a autonomia municipal, muitos são aqueles que afirmam que essa “emancipação” se ficou pelo campo teórico, uma vez que sob o ponto de vista prático, as autarquias mantinham-se igualmente subjugadas ao poder central. Sobre esta questão, Basílio Martins conclui que “o municipalismo português estava ainda numa fase embrionária, havendo uma subalternidade forte das regiões face aos governadores, que eram basicamente magistrados políticos próximos do Governo”.³⁴ Contudo, algumas autarquias, dada a sua preponderância económica e cultural, vão ver os seus poderes reforçados, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa e do Porto, nomeadamente no que se refere ao domínio da instrução.

Neste contexto de extensão dos poderes municipais, dá-se consequentemente uma maior partilha das responsabilidades com o poder municipal. Neste domínio, “a Câmara do Porto mostrava-se, de facto, bastante interventiva no intuito de mudar a atmosfera doentia que pairava nas escolas do seu concelho”. Desde o melhoramento dos edifícios escolares, até à aposta na formação qualificada de docentes, passando pelo incremento de programas de vacinação, a autarquia adotou uma postura ativa e sensível, dentro do que os centros orçamentais permitiam.³⁵

Ainda assim, eram inúmeras as denúncias de condições insalubres de que gozavam as escolas do Porto. Desde as dimensões dos espaços escolares, que eram impróprias, até às condições higiénicas dos estabelecimentos de ensino, eram muito diversificadas as chamadas de atenção feitas ao Município. Nesse sentido, e tomando consciência da “necessidade de regulamentar um conjunto de normas técnicas, higiénicas e pedagógicas, no sentido de salvaguardar uma situação em que o contágio epidémico poderia ser eminente.”³⁶, é elaborado o decreto nº2: 947, de 20 de janeiro de 1917, que procura regulamentar todo o espaço escolar, desde o edifício central até às construções anexas.

³³ Basílio Martins, *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação (Porto, FLUP, 2007), 90.

³⁴ *Ibidem*, 92.

³⁵ *Ibidem*, 102.

³⁶ *Ibidem*, 100.

As propostas apresentadas tanto em sede da Vereação como da Comissão Executiva deixam perceber que existia a preocupação, por um lado, de conhecer o estado em que se encontravam os edifícios escolares, mas também o objetivo de promover “um melhor ensino e formação dentro das novas correntes pedagógicas”³⁷, que implicaria, irremediavelmente, um melhoramento dos espaços escolares.

Para além das preocupações arquitetónicas, como foi já referido, também ao nível do município vai ser prestada particular atenção ao papel dos docentes que, segundo Albino Cabral, não podem “sem falsear a sua missão, privar as crianças – que frequentam a escola – desse gozo material e espiritual. Uma parte importante da sua função educativa consiste em transmitir-lhes e inculcar-lhes hábitos de higiene e asseio, de que, em tudo e por tudo, deve ser exemplo permanente.”³⁸

O mesmo se verificou relativamente ao papel que deveria ser desempenhado pelo médico escolar. Segundo o vereador Santos Silva, na sessão da Comissão Executiva de 3 de junho de 1915, evidencia-se “(...) indispensável o estabelecimento da Assistência clínica nas escolas infantis que já estão, ou venham a funcionar, e prontificando-se os excelentes senhores doutores Ângelo Vaz [entre outros] a desempenhar gratuitamente uma importante missão; proponho que esses ilustres clínicos sejam nomeados para a inspeção médica escolar, respetivamente das escolas infantis”.³⁹

No que concerne ao mobiliário escolar, pelo que conseguimos concluir através do trabalho de pesquisa encetado por Basílio Martins, não houve particular aprofundamento da questão. A ação da Câmara resume-se a apenas três intervenções no contexto da Comissão Executiva. As intervenções que se fizeram no sentido de possibilitar ao aluno as melhores condições materiais concentraram-se essencialmente na questão das carteiras, que deveriam responder ao mínimo de requisitos que proporcionassem um ambiente confortável em situação de sala de aula.

O discurso republicano, no que à educação diz respeito, vai-se aproximar do movimento higienista e das teorias da Escola Nova. Se por um lado é considerado que o aluno deverá ser sempre o centro das atenções no que à política educativa diz respeito, por outro, entende-se que a formação deve ser plena, proporcionando uma educação que prime pela harmonia entre o domínio físico e intelectual.

As sessões camarárias vão testemunhar a partilha de preocupação sentida no município do Porto relativamente à necessidade de se apostar numa formação global, em que a formação intelectual constitui apenas um dos aspetos daquela que deverá ser a educação integral. É neste sentido que fazem-se ouvir muitos vereadores, no sentido de defender a adoção de programas que privilegiem outros domínios do desenvolvimento. O canto coral, os trabalhos manuais e a jardinagem, assim como a educação física vão ser várias vezes levadas a discussão, visando o enriquecimento do currículo pedagógico e a complementa-

³⁷ *Ibidem*, 115.

³⁸ *Ibidem*, 103.

³⁹ *Ibidem*, 101.

rização de uma educação que tendia a excluir tudo o que se afastasse do domínio intelectual. A título de exemplo, atentemos na afirmação do vereador Júlio Abeilard Teixeira, na sessão de 19 de novembro de 1917:

A moderna orientação educativa tem exigências que a experiência hoje plenamente justifica. O ensino, para que seja verdadeiramente profícuo, exige demonstrações práticas que devem acompanhar a exposição técnica. Só assim ele será verdadeiramente profícuo e atingirá a plenitude dos seus efeitos. Mas não basta instruir e educar, é indispensável preparar fisicamente as gerações novas, de forma a que constituam de futuro um elemento de valor para o progresso e civilização da sociedade a que pertencem.⁴⁰

À semelhança do que vimos relativamente à questão do mobiliário escolar, também no que se refere ao horário letivo não foi grande o contributo dado a nível municipal. Encontrámos apenas uma intervenção no âmbito da Comissão Executiva. Para além disto, são publicados alguns textos normativos no sentido de garantir a uniformização na organização de horários do ensino primário.

Em suma, podemos considerar que dentro dos condicionalismos existentes, resultado em grande medida da realidade orçamental, percebe-se que houve um grande interesse por parte do município do Porto e dos seus agentes, no sentido de traçar um novo rumo no que à política educativa diz respeito, nomeadamente no que se refere ao domínio educativo-sanitário. Desde o contributo para o estabelecimento de uma rede de escolas sanitariamente funcionais, até à aposta na formação de um corpo profissional qualificado (de médicos e professores), passando pela adoção de medidas que privilegiem a educação integral, houve claramente um grande envolvimento dos órgãos municipais no sentido de desenvolver estabelecimentos que respondam às necessidades dos seus alunos e se aproximem dos princípios da pedagogia moderna.

Considerações finais

Decorreu um longo processo entre as primeiras manifestações do surgimento do movimento higienista em Portugal e a tomada de consciência, por parte do poder político, da necessidade de repensar e apostar no desenvolvimento das políticas sanitárias em Portugal.

Na base desse movimento, que conheceu na figura de Ricardo Jorge o seu principal obreiro, encontram-se as condições insalubres e altas taxas de mortalidade, nomeadamente infantil, que se viam nas “cidades cemiteriais” portuguesas. As preocupações higienistas, que inicialmente se consolidaram no contexto dos congressos científicos, viriam a ser alaistradas para o contexto educativo, percebendo-se logo que deveria passar pela educação a rejeição dos hábitos que promoviam a insalubridade dos centros urbanos.

Encarando a educação como uma das preocupações centrais da sua ação reformadora, os republicanos procurariam desenvolver a higiene em contexto escolar. Os primeiros anos da República vão ser marcados pela produção de um considerável corpo legislativo, ainda que, como alguns autores indicam, o desenvolvimento das políticas educativo-sani-

⁴⁰ *Ibidem*, 126.

tárias tenha sido marcado por alguma irregularidade, provocada pela instabilidade política. A higiene e a educação tornaram-se temas regularmente discutidos em sede parlamentar, evidenciando tal facto a vontade de mudar e melhorar no campo educativo. A partilha de responsabilidades com o poder municipal, resultado do processo de descentralização, viria a ser um aspeto fundamental no aperfeiçoamento dos espaços educativos sob o ponto de vista higienista e sanitário.

A República apostou na discussão de assuntos estruturantes: a construção dos edifícios, a localização dos mesmos, os calendários escolares e a construção de equipas multidisciplinares, promovendo a criação da figura do médico escolar. Para lá do debate político, vão ser tomadas medidas concretas à luz da conceção pedagógica moderna, difundida pelo movimento da Escola Nova, procurando privilegiar uma educação integral.

Ontem como hoje, solicita-se ou espera-se que os municípios (ou autarquias) intervenham onde a capacidade do Estado se mostra mais frágil. Lideranças de figuras destacadas ajudam a converter propostas em realidades, mas faltam os meios e ficam as intenções. O conhecimento científico, médico, arquitetónico, pedagógico e as realidades possíveis caminham em linhas mais divergentes do que paralelas ou convergentes. Escolas Belas e Espaços Sãos (parafraseando aqui o excelente trabalho de Carlos Manique⁴¹) era um desejo óbvio! A realidade muitas vezes desmentia essa vontade central ou municipal. Obviamente!

Bibliografia

- Almeida, Maria Antónia. *Ricardo Jorge*. Lisboa: ISCTE, 2011.
- Alves, Jorge e Carneiro, Marinha. *Saúde Pública e Política: Do “Código Sanitário” ao Regulamento Geral de 1901*. Porto: CITCEM, 2014.
- Alves, Jorge. *Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal. Um “Apostolado Sanitário”*. Porto: CITCEM, 2008.
- Baptista, Eva. *Espaço de Modernidade Educativa: Associação de Creches de Santa Marinha*. Vila Nova de Gaia: CITCEM, 2018.
- Carvalho, Luís Miguel e Fernandes, Ana Lúcia. “O Conhecimento sobre a Educação e os Problemas Nacionais: Os Congressos Pedagógicos da Liga Nacional de Instrução (Lisboa, 1908-1914)”. *Cadernos Prestige*, 20, 2004.
- Costa Sacadura. *Esboço de Reforma dos Serviços de Sanidade Escolar*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917; citado em Martins, Basílio. *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação. Porto: FLUP, 2007.

⁴¹ Carlos Manique, *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica da arquitectura escolar portuguesa (1860-1920)* (Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002).

Jorge, Ricardo. *Saneamento do Porto*. Porto, 1888.

Magalhães, Justino. *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, 2015.

Manique, Carlos. *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica da arquitectura escolar portuguesa (1860-1920)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.

Martins, Basílio. *Políticas Educativo-Sanitárias em Portugal. Iniciativas da Câmara Municipal do Porto no Período da 1ª República (1910-1926)*. Dissertação de Mestrado em História da Educação. Porto: FLUP, 2007.

Pintassilgo, Joaquim. *República e Formação de Cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Rocha, Filipe. *Fins e Objetivos do Sistema Escolar Português. 1º Período de 1820 a 1926*. Aveiro: Paisagem Editora, 1984.

Santos, Maria José. *O Asilo de S. João do Porto: Entre a Nova Pedagogia e o Higienismo (1890-1926)*. Porto: CITCEM, 2014.

Trevisan, Alexandra e Matias, Isabel. *Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930)* Porto, CESAP/ESAP, 2002.